



Prefeitura Municipal de Angra dos Reis
Secretaria Municipal de Fazenda
Concurso Público 2010
2/5/2010
Caderno de Provas Objetivas



AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL

TIPO 4

Atenção!

Você está recebendo um caderno de provas do tipo 4. Portanto, **verifique se sua folha de respostas é, também, do tipo 4.** Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.

Informações gerais

- Você receberá do fiscal de sala o material descrito a seguir:
 - a) uma folha destinada às respostas das questões objetivas formuladas na prova de tipo 4;
 - b) este caderno de prova tipo 4, com o enunciado das 80 (oitenta) questões, sem repetição ou falha.
- Não será permitida a permanência de candidato em sala de prova portando aparelhos eletrônicos como *pager*, telefone celular, relógio do tipo *data bank*, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina fotográfica, máquina de calcular e/ou similares. **Tal infração pode acarretar eliminação sumária do candidato.**
- Verifique se o material está em ordem, se seu nome e número de inscrição são os que aparecem na folha de respostas.
- Ao receber a folha de respostas, é sua **obrigação**:
 - a) ler atentamente as instruções de preenchimento da folha de respostas;
 - b) assinar a folha de respostas.
- As questões da prova são identificadas pelo número que se situa acima do enunciado.
- Você deverá transcrever as respostas da prova para a folha de respostas, que será o único documento válido para a correção da prova.
- O preenchimento da folha de respostas, de inteira responsabilidade do candidato, dar-se-á mediante utilização de caneta esferográfica de cor preta ou azul.
- Em hipótese alguma haverá substituição das folhas de respostas por erro do candidato.
- O tempo disponível para esta prova será de cinco horas.
- Você somente poderá sair do local de prova 90 (noventa) minutos após o seu início.
- Você somente poderá levar consigo o caderno de questões nos últimos 60 (sessenta) minutos de prova.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, entregue as folhas de respostas e deixe o local de prova.

Leia com atenção o texto abaixo e responda às questões 1 a 10.

Texto I

Tempestades, calor e epidemias

Fico desorientado quando escuto falar de aquecimento global.

5 Ouço as justificativas dos que o consideram uma ameaça à vida na Terra e fico com a impressão de que estão certos. Depois ouço opiniões contrárias, opostas até, e não encontro argumentos para contradizê-las.

10 O aforismo de que, numa discussão em que os contendores defendem hipóteses antagônicas, a verdade estará no meio termo, não deve ser aplicado em ciência pela simples razão de que uma das partes pode estar completamente equivocada. É o caso da evolução das espécies por seleção natural versus criacionismo, por exemplo.

15 A ignorância crassa em climatologia não é a única culpada de minha incapacidade de interpretar os estudos que servem de base para conclusões tão díspares. Os interesses econômicos, a politização e as paixões envolvidas nesse debate confundem e dificultam o entendimento.

20 Sem me envolver nessas controvérsias, no entanto, tomo a liberdade de resumir um artigo que acaba de ser publicado na revista "The New England Journal of Medicine" pela infectologista Emily Shuman, da Universidade de Michigan, sob o título "Mudanças Climáticas Globais e Doenças Infecciosas".

30 De forma bem simplificada, leitor, podemos dizer que as mudanças do clima acontecem como resultado do desequilíbrio entre as radiações que penetram e as que deixam a atmosfera. Ao entrar na atmosfera, parte das radiações solares é absorvida pela superfície da Terra e reemitida como radiação infravermelha.

35 Esses raios infravermelhos acabam absorvidos pelos gases liberados principalmente pelos combustíveis fósseis (metano, gás carbônico, óxido nitroso e outros), que deixaram de ser removidos da atmosfera por causa do desmatamento e da produção excessiva. Como esse processo de absorção gera calor, recebe o nome de efeito estufa.

40 Porque a queima de combustíveis fósseis e o desmatamento atingiram níveis altos, as temperaturas globais têm subido num ritmo mais rápido do que em qualquer época, desde que começaram a ser medidas nos anos 1850. E as estimativas são de que ainda aumentem de 1,8 °C a

5,8 °C, até o fim deste século.

50 O aquecimento modificará o ciclo da água. Uma vez que o ar mais quente retém mais água do que o frio, em algumas regiões haverá muita chuva; em outras, as secas se repetirão. Tempestades e ondas de calor insuportável serão cada vez mais frequentes.

55 Tais variações climáticas terão forte impacto na incidência das doenças transmitidas por insetos e naquelas disseminadas através da água contaminada.

60 Os insetos se tornam mais ativos no calor. O mosquito da malária, por exemplo, requer temperaturas acima de 16 °C para completar seu ciclo de vida e necessita de água para botar os ovos. Temporadas de calor e chuvas torrenciais poderão causar milhões de novos casos da doença.

65 Ao contrário, epidemias como as do vírus do Nilo Ocidental, doença transmitida ao homem por mosquitos que picaram pássaros infectados, costumam disseminar-se nas secas, quando aves e insetos ficam mais próximos dos poucos reservatórios de água remanescentes.

70 Já há evidências de que mudanças climáticas introduziram epidemias em regiões anteriormente livres delas. É o caso da malária que hoje se espalha pelas terras altas do leste africano em razão de um clima muito mais quente e úmido do que o habitual na área.

75 Da mesma forma, diarreias epidêmicas, parasitoses intestinais e outras enfermidades transmissíveis por meio da água contaminada têm sua incidência aumentada, tanto por causa das dificuldades de saneamento nas secas, quanto por contaminação com esgotos, lixo e dejetos de animais durante as enchentes.

80 No ano 2000, a Organização Mundial da Saúde calculou que doenças atribuíveis a mudanças climáticas haviam sido responsáveis pela perda de 188 milhões de anos de vida por morte prematura ou incapacidade física, apenas na América Latina e Caribe; na África, foram 307 milhões de anos; no sudeste asiático, 1,7 bilhão. Esses números contrastam com os dos países industrializados: 8,9 milhões.

90 Independentemente das especulações sobre o futuro do clima, fica claro que os mais pobres já estão pagando a conta do desmatamento e das emissões de gases dos países desenvolvidos e das economias que crescem em ritmo acelerado como a chinesa e a indiana.

(Drauzio Varella. *Folha de S.Paulo*, 10 de abril de 2010.)

LÍNGUA PORTUGUESA

1

Por *aforismo* (L.8) só **NÃO** se pode entender, no texto,

- (A) vaticínio.
- (B) axioma.
- (C) provérbio.
- (D) máxima.
- (E) ditado.

2

Porque a queima de combustíveis fósseis e o desmatamento atingiram níveis altos, as temperaturas globais têm subido num ritmo mais rápido do que em qualquer época, desde que começaram a ser medidas nos anos 1850. (L.43-47)

No trecho acima, empregou-se corretamente a forma **PORQUE**. Assinale a alternativa em que **NÃO** se tenha obedecido às regras de seu emprego.

- (A) Sabemos por que os desmatamentos ocorrem.
- (B) Por que os desmatamentos são comuns vamos aceitá-los?
- (C) Em relação aos desmatamentos, é necessário saber por quê, mas sempre com intenção de agir.
- (D) Temos de verificar por que ocorrem os desmatamentos.
- (E) É desejável sabermos por que, ainda no século XXI, não há tanta preocupação com os desmatamentos.

3

Já há evidências de que mudanças climáticas introduziram epidemias em regiões anteriormente livres delas. (L.72-74)

Em relação à estrutura sintática do período acima, analise as afirmativas a seguir:

- I. Há, em todo o período, dois casos de complemento nominal.
- II. Há, em todo o período, dois casos de objeto direto.
- III. Há, em todo o período, dois casos de adjunto adnominal.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (B) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (C) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (E) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.

4

Pelo terceiro parágrafo do texto, pode-se inferir que

- (A) caso o aforismo estivesse correto no contexto das ciências, a explicação correta para a existência da espécie humana seria um meio termo entre o criacionismo e o evolucionismo.
- (B) não há explicação possível para a evolução das espécies, uma vez que o meio termo é impossível, segundo o aforismo.
- (C) o uso de aforismos para tentar entender o mundo e as relações humanas em sua totalidade é completamente equivocado.
- (D) a busca da verdade nas ciências se configura um processo que só é possível com o embate com a via religiosa.
- (E) é óbvio que o texto informa que o criacionismo está completamente equivocado.

5

Esses números contrastam com os dos países industrializados: 8,9 milhões. (L.91-93)

O pronome destacado acima tem valor

- (A) catafórico.
- (B) dêitico.
- (C) fático.
- (D) expletivo.
- (E) anafórico.

6

Esses raios infravermelhos acabam absorvidos pelos gases liberados principalmente pelos combustíveis fósseis (metano, gás carbônico, óxido nitroso e outros), que deixaram de ser removidos da atmosfera por causa do desmatamento e da produção excessiva. (L.35-40)

No período acima, foi feita a concordância nominal correta com a palavra *infravermelho*. Assinale a alternativa em que **NÃO** se tenha obedecido às regras de concordância nominal.

- (A) Gostamos de carros vermelhos-sangue.
- (B) Não sabemos onde foram parar as folhas rosa.
- (C) Compraremos camisas cinza.
- (D) Usaremos nossos uniformes azul-claros.
- (E) Buscou proteção contra raios ultravioleta.

7

Uma vez que o ar mais quente retém mais água do que o frio, em algumas regiões haverá muita chuva; em outras, as secas se repetirão. (L.51-53)

A respeito da pontuação do período acima, analise as afirmativas a seguir:

- I. A última vírgula do período se justifica por se tratar de zeugma.
- II. A primeira vírgula do período se justifica por separar orações sintaticamente equivalentes.
- III. O ponto e vírgula pode ser substituído por ponto, colocando-se a palavra seguinte com a primeira letra em maiúscula.

Assinale

- (A) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (B) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.

8

Ouço as justificativas dos que o consideram uma ameaça à vida na Terra e fico com a impressão de que estão certos. (L.3-5)

É correto afirmar que, no trecho acima, há

- (A) três artigos.
- (B) sete artigos.
- (C) quatro artigos.
- (D) cinco artigos.
- (E) seis artigos.

9

No ano 2000, a Organização Mundial da Saúde calculou que doenças atribuíveis a mudanças climáticas haviam sido responsáveis pela perda de 188 milhões de anos de vida por morte prematura ou incapacidade física, apenas na América Latina e Caribe; na África, foram 307 milhões de anos; no sudeste asiático, 1,7 bilhão. (L.85-91)

Assinale a alternativa em que a reestruturação do período acima tenha sido feita de acordo com as normas gramaticais, respeitando-se a integridade das informações originais.

- (A) A Organização Mundial da Saúde, no ano 2000, calculou que doenças atribuíveis a mudanças climáticas haviam sido responsáveis pela perda de 307 milhões de anos de vida por morte prematura ou incapacidade física na África; foi 1,7 bilhão de anos no sudeste asiático; 188 milhões, apenas na América Latina e Caribe.
- (B) A Organização Mundial da Saúde calculou que doenças atribuíveis a mudanças climáticas haviam sido responsáveis pela perda de 188 milhões de anos de vida por morte prematura ou incapacidade física no ano 2000, apenas na América Latina e Caribe; no sudeste asiático, 1,7 bilhão ; na África, foram 307 milhões de anos.
- (C) No ano 2000, a Organização Mundial da Saúde calculou que doenças atribuíveis a mudanças climáticas haviam sido responsáveis pela perda de 188 milhões de anos de vida por morte prematura ou incapacidade física, apenas na América Latina e Caribe; no sudeste asiático, foram 1,7 bilhão; 307 milhões de anos, na África.
- (D) A Organização Mundial da Saúde calculou que doenças atribuíveis a mudanças climáticas haviam sido responsáveis pela perda de 307 milhões de anos de vida por morte prematura ou incapacidade física, apenas na África; foram 188 milhões de anos na América Latina e Caribe; no sudeste asiático, 1,7 bilhão no ano 2000.
- (E) A Organização Mundial da Saúde calculou, no ano 2000, que doenças atribuíveis a mudanças climáticas haviam sido responsáveis pela perda de 188 milhões de anos de vida por morte prematura ou incapacidade física, apenas na América Latina e Caribe; na África, foram 307 milhões de anos; no sudeste asiático, foram 1,7 bilhão.

10

Da mesma forma, diarreias epidêmicas, parasitoses intestinais e outras enfermidades transmissíveis por meio da água contaminada têm sua incidência aumentada, tanto por causa das dificuldades de saneamento nas secas, quanto por contaminação com esgotos, lixo e dejetos de animais durante as enchentes. (L.78-84)

O período acima

- (A) é composto por coordenação.
- (B) é simples.
- (C) é composto por subordinação.
- (D) apresenta orações reduzidas.
- (E) é composto por coordenação e subordinação.

MATEMÁTICA FINANCEIRA

11

Um título com o valor de R\$ 50.000 e 2 anos para o vencimento é descontado, no regime de juros compostos, com uma taxa de desconto comercial de 20% ao ano. O valor do desconto composto é, então,

- (A) R\$ 10 000,00.
- (B) R\$ 18 000,00.
- (C) R\$ 20 000,00.
- (D) R\$ 24 000,00.
- (E) R\$ 22 653,86.

12

A taxa de juros compostos anual equivalente à taxa de 30% ao quadrimestre é

- (A) 107,55%.
- (B) 109,90%.
- (C) 119,70%.
- (D) 90,00%.
- (E) 114,70%.

13

Com relação aos diversos sistemas de amortização, analise as afirmativas a seguir:

- I. No Sistema Francês de Amortização as prestações são constantes, com amortização crescente.
- II. No Sistema de Amortização Constante, a segunda prestação anual, para um empréstimo de R\$ 80.000, a ser amortizado em 5 anos, com uma taxa de juros de 20% ao ano, é de R\$ 28.800,00.
- III. O Sistema Americano de Amortização se caracteriza por ser um sistema de pagamentos em que são pagos somente os juros devidos, com o principal da dívida mantendo-se constante.

Assinale

- (A) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (E) se somente a afirmativa III estiver correta.

14

Um indivíduo recebeu como herança um título perpétuo que paga R\$ 2.000 por trimestre. Esse indivíduo quer vender o título. Sabendo que a taxa de juros semestral, juros compostos, é de 44%, o valor presente de venda desse título é

- (A) R\$ 4 545,45.
- (B) R\$ 50 000,00.
- (C) R\$ 2 880,00.
- (D) R\$ 10 000,00.
- (E) R\$ 16 547,85.

15

Um empréstimo pós-fixado foi pago com uma taxa aparente de 23,20%. Sabendo-se que a taxa de inflação no período do empréstimo foi de 10%, a taxa de juros real foi de

- (A) 25,52%.
- (B) 12,00%.
- (C) 16,52%.
- (D) 13,20%.
- (E) 33,20%.

16

Abaixo encontram-se valores de uma tabela de fator de valor presente de séries uniformes de pagamento, na qual n é o número de prestações mensais e i a taxa de juros.

n/i	1%	2%	3%	4%	5%	6%	7%
1	0,9901	0,9804	0,9709	0,9615	0,9524	0,9434	0,9346
2	1,9704	1,9416	1,9135	1,8861	1,8594	1,8334	1,8080
3	2,9410	2,8839	2,8286	2,7751	2,7232	2,6730	2,6243
4	3,9020	3,8077	3,7171	3,6299	3,5460	3,4651	3,3872
5	4,8534	4,7135	4,5797	4,4518	4,3295	4,2124	4,1002

Um indivíduo comprou uma geladeira em 4 prestações mensais, sucessivas e uniformes, no valor de R\$ 500 cada, com a 1ª prestação a ser paga no ato, formando uma série uniforme de pagamentos antecipada. Sabendo-se que a taxa de juros é de 3% ao mês, o valor presente da geladeira é

- (A) R\$ 1 858,55.
- (B) R\$ 1 914,30.
- (C) R\$ 1 895,43.
- (D) R\$ 1 654,80.
- (E) R\$ 2 000,00.

17

O valor de um investimento de R\$ 20 000,00, a uma taxa de juros compostos de 50% ao ano, ao final de dois anos é

- (A) R\$ 50 000.
- (B) R\$ 45 000.
- (C) R\$ 47 500.
- (D) R\$ 90 000.
- (E) R\$ 60 000.

18

Um montante de R\$ 1 000 foi aplicado durante 6 meses em um banco à taxa de 21% ao ano, juros compostos e, a seguir, o montante resultante foi colocado em outro banco a juros de 20% ao ano, durante mais 1 ano. A taxa anual que faria com que o montante final fosse equivalente ao montante encontrado é

- (A) 18,25%.
- (B) 20,33%.
- (C) 25,00%.
- (D) 22,22%.
- (E) 16,00%.

19

Com relação aos conceitos de desconto bancário e comercial, nos regimes de juros simples e compostos, analise as afirmativas a seguir:

I. A fórmula do Desconto Racional, no regime de juros simples, é dada por: $Desconto = \frac{VF}{ni}$, em que VF é o valor

futuro, n é o número de períodos e i a taxa de juros.

II. A relação entre a taxa de desconto racional (i) e a taxa de desconto comercial (d), ambas no regime de juros simples, é expressa por: $d = \frac{i}{1 + in}$, em que n é o número de períodos.

III. A relação entre Valor Presente (VP) e Valor Futuro (VF), no regime de juros compostos e usando-se a taxa de desconto comercial (d), é expressa por: $VP = VF(1 - d)^n$, em que n é o número de períodos.

Assinale

- (A) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

20

Um investidor deseja depositar uma determinada quantia em um banco, para ter o direito de retirar R\$ 22.000,00 no prazo de cinco meses e R\$ 30.000,00 no prazo de dez meses. Sabendo-se que o banco remunera seus depósitos com uma taxa de juros simples de 2% ao mês, o menor valor a ser depositado por esse investidor é

- (A) 20 000,00.
- (B) 60 200,00.
- (C) 48 500,00.
- (D) 38 750,00.
- (E) 45 000,00.

ADMINISTRAÇÃO E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

21

Os indicadores de produtividade devem respeitar certos atributos para aplicação correta. Nesse sentido, um determinado indicador ineficaz, ou seja, que não capte as etapas mais significativas de um processo, desobedece ao atributo da

- (A) rastreabilidade.
- (B) representatividade.
- (C) disponibilidade.
- (D) praticidade.
- (E) adaptabilidade.

22

Um *notebook* foi especificado como **Notebook STI c/ Intel® Pentium Dual Core T4200 2.0GHz 2GB 160GB DVD-RW Webcam 1.3MP 14" Windows Vista Basic - Semp Toshiba**. A esse equipamento foi conectada uma impressora Multifuncional **Laserjet M2727 - 110V – HP**, por meio de um



cabo que contém os conectores . Nesse contexto, pode-se afirmar que a citação 2GB 160 GB e as figuras dos conectores referem-se, respectivamente, aos seguintes componentes:

- (A) memória PCI, disco rígido IDE, USB tipo 1 e USB tipo 2.
- (B) memória DDR2, disco rígido SATA, USB tipo A e USB tipo B.
- (C) memória CACHE, pendrive KINGSTON, USB tipo A e USB tipo B.
- (D) memória CACHE, disco rígido SATA, USB tipo A e USB tipo B.
- (E) memória DDR2, pendrive KINGSTON, USB tipo 1 e USB tipo 2.

23

Uma característica marcante dos sistemas operacionais WindowsXP/Vista/7 em microcomputadores dotados de uma CPU diz respeito ao suporte que oferecem à *multitarefa preemptiva*, definida como um mecanismo que permite

- (A) a execução de aplicações em áreas independentes, concorrentemente, de modo que, se uma delas apresentar problemas, ela pode ser finalizada sem prejuízo para as demais.
- (B) o compartilhamento de aplicações executando em rede, por meio do utilitário TELNET da arquitetura TCP/IP, inclusive com acesso por meio de máquinas “rodando” Linux.
- (C) o compartilhamento de aplicações executando em rede, por meio do utilitário PING da arquitetura TCP/IP, inclusive com acesso por meio de máquinas “rodando” Linux.
- (D) a execução de aplicações em uma área do servidor, simultaneamente, de modo que, se uma delas apresentar problemas, ela pode ser finalizada sem prejuízo para as demais.
- (E) a execução de aplicações na área de swap na máquina-cliente, criada no disco rígido como uma extensão da RAM, mediante o emprego da técnica denominada “virtual memory”.

24

Considere os seguintes dados de receita de um ente hipotético da administração pública estadual: um demonstrativo financeiro hipotético conforme a seguir descrito: IPVA = R\$ 230.773,00; ICMS = R\$ 500.323,00; Operação de crédito = R\$ 710.543,10; Alienação de bens = R\$ 4.222,00; Juros = R\$ 47.888,00; Aluguéis = R\$ 20.000,00; Amortização = R\$ 18.555,00; e Receita industrial = R\$ 900,00. Com base nesses dados, qual é o valor total das receitas correntes desse ente?

- (A) R\$ 799.884,00.
- (B) R\$ 798.984,00.
- (C) R\$ 801.208,10.
- (D) R\$ 731.996,00.
- (E) R\$ 778.431,10.

25

O modelo gerencial de administração pública prevê algumas modalidades de atuação do Estado. Nesse sentido, existem atividades exclusivas e não exclusivas consideradas como setores. Com base nisso, analise as afirmativas a seguir:

- I. As agências reguladoras são atividades pertencem ao setor não exclusivo.
- II. As atividades de pesquisas científicas pertencem ao setor não exclusivo.
- III. As agências de financiamento pertencem ao setor exclusivo.

Assinale

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se as todas as afirmativas estiverem corretas.
- (C) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se somente a afirmativa III estiver correta.

DIREITO CONSTITUCIONAL

26

O poder de reformar a Constituição está sujeito, conforme a Constituição Federal de 1988

- (A) a restrições de ordem material que se exaurem no respeito ao direito adquirido, à coisa julgada e ao ato jurídico perfeito.
- (B) à reapresentação, na mesma sessão legislativa, de proposta de emenda nela rejeitada ou tida por prejudicada.
- (C) ao voto favorável de três quintos dos membros de cada Casa do Congresso Nacional, e em dois turnos de votação em cada uma.
- (D) à iniciativa popular de proposta de emenda, composta de, no mínimo, dois terços do coeficiente eleitoral.
- (E) a restrições temporais, sendo vedadas emendas durante o período de quatro anos de promulgação do texto constitucional.

27

Da disciplina constitucional sobre o Poder Legislativo, seus membros e suas comissões, infere-se que

- (A) o Vereador possui imunidade parlamentar em sentido material e também em sentido formal ou processual, desde que na circunscrição do Município.
- (B) as comissões parlamentares de inquérito da Câmara dos Deputados e do Senado Federal possuem poderes próprios das autoridades policiais e judiciais.
- (C) as comissões parlamentares de inquérito da Câmara dos Deputados e do Senado Federal podem ser criadas por prazo indeterminado.
- (D) o Vereador possui imunidade parlamentar em sentido material, mas não lhe é atribuída a imunidade formal ou processual.
- (E) a imunidade material do Deputado Federal é idêntica à do Vereador, com alcance em todo o território nacional.

28

Considere as afirmativas abaixo:

I. Admite-se mandado de segurança contra leis que concedem isenções fiscais, mas não contra os decretos que fixam tarifas.

II. Tratando-se de caso de urgência, é permitido impetrar mandado de segurança por telegrama ou outro meio eletrônico de autenticidade comprovada, desde que observados os requisitos legais.

III. Não é cabível mandado de segurança contra lei ou ato normativo em tese, admitindo-se, todavia, que seja impetrado contra lei ou decreto de efeitos concretos.

IV. O mandado de segurança abrange todo e qualquer direito subjetivo público sem proteção específica, ou seja, não amparado por *habeas corpus* ou mandado de injunção.

V. O mandado de segurança não pode ser impetrado para a defesa de interesses não caracterizáveis como direito subjetivo.

Estão corretas somente as afirmativas

- (A) II, IV e V.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) I e IV.
- (E) II, III e V.

29

Nas alternativas a seguir, as afirmativas são corretas e a segunda vincula-se à primeira, **À EXCEÇÃO DE UMA**. Assinale-a.

- (A) Não existe superioridade hierárquica das leis federais sobre as leis estaduais. / Há inconstitucionalidade tanto na invasão de competência da União pelo Estado-membro como na hipótese inversa.
- (B) A competência suplementar dos Municípios se exerce para regulamentar as normas legislativas federais e estaduais. / A superveniência de lei federal ou estadual contrária à municipal suspende a eficácia desta.
- (C) Os Municípios dispõem de competência privativa sobre os temas de interesse local. / É hostil à Constituição a lei do Estado que fixa o tempo de espera em fila de banco.
- (D) Não há hierarquia entre os entes que compõem a Federação. / Mas pode-se falar em hierarquia de interesses, em que os mais amplos (da União) devem preferir aos mais restritos (dos Estados).
- (E) Os Estados Federados poderão instituir regiões metropolitanas e microrregiões. / As regiões metropolitanas são dotadas de personalidade enquanto as microrregiões são órgãos.

30

A proteção constitucional dos direitos humanos decorre do respeito à dignidade humana e preleciona que

- (A) em virtude do direito à liberdade, os direitos humanos são suscetíveis de renúncia plena e limitação temporária.
- (B) a autonomia privada das associações não está imune à incidência dos princípios constitucionais que asseguram o respeito aos direitos humanos de seus associados.
- (C) o direito à vida e à liberdade só pode ser condicionado e limitado por interesse da coletividade, jamais por outros interesses individuais, ainda que dignos de tutela jurídica.
- (D) em decorrência da proteção constitucional do direito à vida, a pena de morte apenas poderia ser introduzida por meio de emenda constitucional ou de processo de revisão constitucional.
- (E) apenas o direito à vida é absoluto e ilimitado; logo, todos os outros direitos humanos podem sofrer limitações e condicionamentos por interesses individuais ou coletivos.

DIREITO CIVIL

31

Assinale a alternativa correta.

- (A) A prescrição pode ser alegada de ofício pelo juiz, ou também pela parte a quem aproveita, em qualquer grau de jurisdição, independentemente de seu prequestionamento.
- (B) A decadência pode ser legal ou convencional, sendo que ambas podem ser conhecidas de ofício pelo juiz. O mesmo ocorre com a prescrição, que também pode ser conhecida *ex officio* pelo magistrado.
- (C) A prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu sucessor, exceto se este for absolutamente incapaz, ou estiver ausente do País a serviço dos entes federativos, ou se achar a serviço das Forças Armadas em tempo de guerra.
- (D) A prescrição diz respeito aos direitos potestativos que, por essência, não possuem pretensão, já que não podem ser objeto de violação. A decadência, por sua vez, refere-se aos direitos subjetivos patrimoniais, aqueles que trazem consigo a possibilidade de que o seu titular exija determinado comportamento de alguém.
- (E) Em face do princípio da supremacia do interesse público, caso a prescrição ou a decadência convencional beneficiem a Fazenda Pública, o juiz pode conhecê-las de ofício.

32

Assinale a alternativa correta.

- (A) O devedor em mora sempre responde pela impossibilidade da prestação, ainda que esta decorra de caso fortuito ou força maior.
- (B) Os juros de mora são contados desde a constituição do devedor em mora, no caso da mora *ex persona*.
- (C) A mora *ex re* deriva de inadimplemento de obrigação, positiva e líquida, para cujo pagamento se estabeleceu prazo certo. Neste caso, a constituição da mora é automática, sem necessidade de interpelação judicial ou extrajudicial do credor.
- (D) O credor, quando a prestação devida tornar-se inútil por mora do devedor, pode exigir deste a satisfação das perdas e danos cumulada com a prestação de obrigação alternativa.
- (E) A mora do credor possui o condão de afastar do devedor a responsabilidade pela conservação da coisa, mesmo que este último atue dolosamente.

33

Em sede de responsabilidade civil e de acordo com o Código Civil vigente, é correto afirmar que

- (A) aquele que ressarcir o dano causado por outrem pode reaver o que houver pagado daquele por quem pagou, salvo se o causador do dano for descendente seu, capaz ou não.
- (B) a ação que versa sobre responsabilidade civil depende da procedência da ação criminal quanto à existência do fato e à sua autoria, na mesma medida da improcedência da ação penal por insuficiência probatória.
- (C) foi adotada a teoria do risco integral quando determina a responsabilidade civil independentemente de culpa daquele que causar danos em decorrência de atividade normalmente desenvolvida que implique, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.
- (D) a obrigação de indenizar e o valor dela decorrente são pautados pela justa medida do dano causado aliado ao princípio da *restitutio in integrum*.
- (E) o abuso de direito foi regulamentado pelo Código Civil e traduz-se em um limite ao exercício de um direito subjetivo. Entretanto, a abordagem do Código não permite que o abuso de direito dê azo à reparação civil dos danos alegadamente causados.

34

Em relação aos contratos, é correto afirmar que

- (A) na evicção, em contrato paritário, as partes podem acordar, expressamente, a exclusão da responsabilidade pela evicção. A consequência desta cláusula é a assunção integral do risco da evicção pelo evicto, que abre mão do direito de receber o preço que pagou pela coisa evicta.
- (B) na ambiguidade ou contradição das cláusulas de contrato de adesão, a interpretação adotada será favorável ao aderente, exceto se este após qualquer cláusula no contrato em questão.
- (C) há limitações legais ao princípio da liberdade de contratar em razão do princípio da moralidade. Como exemplo, temos a nulidade da compra, por servidores públicos, em geral, de bens e direitos da pessoa jurídica a que servirem, ou que estejam sob sua administração direta ou indireta, mesmo que a alienação ocorra em hasta pública.
- (D) nos casos de onerosidade excessiva superveniente, à parte prejudicada cabe a possibilidade de resolver o contrato judicialmente, mas não de pleitear a sua revisão.
- (E) nos contratos de consumo, o produtor responde objetivamente pelos produtos postos em circulação, mas o fornecedor de serviços responde sempre que verificada a existência da sua culpa.

35

Considere as afirmativas abaixo:

I. Considera-se fiduciária a propriedade resolúvel de coisa móvel ou imóvel infungível que o devedor, com escopo de garantia, transfere ao credor.

II. A ocupação de terreno não aforado, em faixa de marinha, que, por não criar direito real, será insuscetível de registro.

III. São direitos reais a propriedade, a superfície, o direito do promitente comprador do imóvel, o penhor e a anticrese.

IV. É nula a cláusula que autoriza o credor pignoratício, anticrético ou hipotecário a ficar com o objeto da garantia, se a dívida não for paga no vencimento, sendo, contudo, tolerado que, após o vencimento, possa o devedor dar a coisa em pagamento da dívida.

V. A ocupação de bem público gera a posse tolerada e garante àqueles que exercem os atos possessórios a indenização pelas benfeitorias necessárias feitas no imóvel, assim como o conseqüente direito de retenção.

Estão corretas somente as afirmativas

- (A) II, III e IV.
- (B) I e II.
- (C) II e III.
- (D) II, IV e V.
- (E) I e V.

DIREITO ADMINISTRATIVO

36

Nas alternativas a seguir, as afirmativas são corretas e a segunda vincula-se à primeira, **À EXCEÇÃO DE UMA**. Assinale-a.

- (A) A administração pode anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornem ilegais. / Na anulação, deve-se sempre respeitar os direitos adquiridos.
- (B) O ato administrativo não pode ser anulado com base em critério de oportunidade e conveniência. / A anulação do ato administrativo deve ser feita com base em critério de legalidade.
- (C) O ato administrativo que contenha vício insanável de legalidade deve ser anulado e não revogado. / A anulação desse ato administrativo deve ter efeitos retroativos.
- (D) A revogação decorre de critério de oportunidade e conveniência. / Mas há atos que não podem ser revogados, como os atos que já exauriram os seus efeitos.
- (E) A administração pode revogar seus próprios atos, por motivo de conveniência ou oportunidade. / Na revogação, deve-se sempre respeitar os direitos adquiridos.

37

De acordo com a disciplina dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- (A) Há vício nos elementos finalidade e forma quando a matéria, de fato ou de direito, em que se fundamenta o ato administrativo é materialmente inexistente ou juridicamente inadequada ao resultado obtido.
- (B) Será inválido o ato de remoção praticado como meio de punição ao servidor, ainda que haja necessidade de pessoal no local para onde ele foi removido.
- (C) O mérito é aspecto do ato administrativo que, particularmente, diz respeito à sua forma legal, sempre prevista em lei, e à sua motivação fática, que deverá ser analisada concretamente.
- (D) Os atos administrativos podem ser discricionários ou vinculados. Quando discricionários, têm como limite as razões de conveniência e oportunidade que são reveladas na motivação do ato.
- (E) Tratando-se de vício relativo ao sujeito, quando o agente público extrapola os limites de sua competência, ocorre o desvio de poder, que é espécie do gênero abuso de poder.

38

A respeito dos princípios básicos da Administração Pública, considera-se que

- (A) o princípio da legalidade não autoriza o gestor público a, no exercício de suas atribuições, praticar todos os atos que não estejam proibidos em lei.
- (B) o princípio da eficiência é o único critério limitador da discricionariedade administrativa.
- (C) a possibilidade de revogar os atos administrativos por razões de conveniência e oportunidade é manifestação do princípio da legalidade.
- (D) o princípio da eficiência não pode ser exigido enquanto não for editada a lei federal que deve estabelecer os seus contornos.
- (E) o princípio da eficiência faculta a Administração Pública que realize policiamento dos atos administrativos que pratica.

39

Infere-se do regime jurídico dos contratos administrativos que

- (A) verificando-se vício na formalização do contrato, a administração só poderá promover sua anulação após a devida ação judicial, cuja decisão tenha transitado em julgado.
- (B) os contratos administrativos possuem cláusulas exorbitantes que atribuem à Administração a prerrogativa de modificar unilateral e ilimitadamente o contrato administrativo.
- (C) poderá a administração aplicar sanções administrativas aos contratados, independentemente de ação judicial, desde que assegure o contraditório e a ampla defesa.
- (D) nos termos do regime jurídico que lhes é próprio, os contratos administrativos só podem adotar a forma escrita, sendo vedados os contratos verbais, em virtude da segurança jurídica.
- (E) não se aplicam disposições de direito privado aos contratos administrativos, sendo vedadas, especialmente, as cláusulas exorbitantes, pois estas ferem o equilíbrio contratual.

40

Considere as afirmativas abaixo:

I. Em decorrência do poder de polícia, a Administração Pública pode condicionar e restringir o uso e o gozo de bens, atividades e direitos individuais.

II. O poder regulamentar, como regra, autoriza que o Poder Executivo discipline as matérias que ainda não foram objeto de lei.

III. O poder discricionário atribui ao administrador a prerrogativa de afastar o princípio da legalidade, o que fará sempre que julgar conveniente e oportuno.

IV. Diante da natureza restritiva dos atos praticados na atuação do poder de polícia administrativa, estes são estritamente vinculados.

V. O exercício do poder regulamentar somente pode dar-se em conformidade com o conteúdo da lei e nos limites que esta impuser.

Estão corretas somente as afirmativas

(A) I e III.

(B) I e V.

(C) II, IV e V.

(D) II, III e IV.

(E) II e III.

DIREITO EMPRESARIAL

41

Em relação aos direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

(A) O prazo para a propositura de ação de nulidade da patente é de 2 (dois) anos após o início da vigência da patente.

(B) A vigência da patente de invenção perdura por 20 (vinte) anos, contados da data de depósito, ao passo que a patente de modelo de utilidade vigora por 15 (quinze) anos, igualmente contados da data de depósito.

(C) A extinção da patente faz com que seu objeto caia em domínio público.

(D) Para que uma invenção seja patenteável, é necessário que ela atenda aos requisitos de novidade, atividade inventiva e aplicação industrial.

(E) Os direitos de propriedade industrial são considerados bens móveis.

42

No processo falimentar da empresa Rios de Dinheiro, habilitaram-se como credores da massa falida: Joana Silva, credora trabalhista com crédito de 250 salários mínimos; Papéis e Tintas Ltda.; e o Município de Angra dos Reis, com créditos tributários referentes ao ISS. A classificação dos créditos, neste caso específico, obedece à seguinte ordem ditada pela Lei 11.101/2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária?

	1º lugar	2º lugar	3º lugar	4º lugar
(A)	Joana Silva (com a integralidade dos 250 salários mínimos devidos)	Município de Angra dos Reis	Papéis e Tintas Ltda.	
(B)	Joana Silva (com somente 150 salários mínimos devidos)	Município de Angra dos Reis	Papéis e Tintas Ltda.	Joana Silva (com 100 salários mínimos restantes)
(C)	Município de Angra dos Reis	Joana Silva (com a integralidade dos 250 salários mínimos devidos)	Papéis e Tintas Ltda.	
(D)	Município de Angra dos Reis	Joana Silva (com somente 150 salários mínimos devidos)	Papéis e Tintas Ltda.	Joana Silva (com 100 salários mínimos restantes)
(E)	Joana Silva (com somente 150 salários mínimos devidos)	Município de Angra dos Reis	Joana Silva (com 100 salários mínimos restantes)	Papéis e Tintas Ltda.

43

A Lei Antitruste brasileira foi criada para atender o mandamento constitucional da regulamentação da atividade econômica e financeira, no que se refere à repressão do abuso do poder econômico que vise à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros. Nesse sentido, é correto afirmar que

- (A) os responsáveis pela prática de atos que infrinjam a ordem econômica são sujeitos a diversas penalidades, sendo que, no caso de reincidência, as multas cominadas serão aplicadas no seu décuplo.
- (B) atos que possam limitar ou prejudicar a concorrência, ou resultar na dominação de mercados relevantes de bens ou serviços, não podem ser autorizados pelo Cade, mesmo que tenham por objetivo melhorar a qualidade de bens e serviços.
- (C) as disposições da Lei Antitruste somente são aplicadas às pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, uma vez que as pessoas jurídicas de direito público são regulamentadas por leis específicas em relação à concorrência desleal.
- (D) a atuação do Cade é orientada pelos ditames constitucionais da liberdade de iniciativa, livre concorrência, função social da propriedade, defesa dos consumidores e repressão ao abuso do poder econômico.
- (E) a decisão do Plenário do Cade que comine multa ou imponha obrigação de fazer ou não fazer consubstancia-se em título executivo judicial. Durante o processo de execução, se necessário, será determinada a intervenção da empresa.

44

Em relação às sociedades empresárias, é correto afirmar que

- (A) nas sociedades em nome coletivo, a responsabilidade dos sócios referente às obrigações sociais é solidária e ilimitada. Entretanto, os sócios podem limitar entre si a responsabilidade de cada um, contanto que essa disposição esteja no ato constitutivo ou seja aprovada, em unanimidade, em convenção posterior.
- (B) as sociedades limitadas e as sociedades em comandita por ações podem ou não ser empresárias, sendo que essa diferenciação decorre do tipo de atividade por elas empreendida.
- (C) a fim de salvaguardar os direitos dos credores, na execução das dívidas da sociedade inexistente o benefício de ordem entre os bens da sociedade e os dos sócios.
- (D) nas sociedades simples, as cláusulas contratuais que visem excluir sócios de participarem dos lucros e das perdas da sociedade são permitidas, desde que os sócios excluídos sejam administradores da sociedade e que a exclusão tenha por fundamento sua gestão temerária.
- (E) a aquisição de personalidade jurídica das sociedades ocorre com assinatura dos seus atos constitutivos pelos sócios.

45

Em relação aos títulos de crédito, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) Aquele que possui um título ao portador pode exigir o cumprimento da prestação nele indicada. Entretanto, se o título entrou em circulação contra a vontade do emitente, a prestação já não é mais devida.
- (B) Qualquer negócio ou medida judicial que tenha por objeto o título só produz efeito perante emitente ou terceiros, uma vez feita a competente averbação no registro emitente.
- (C) O título de crédito é um documento necessário ao exercício do direito nele contido, que somente produz efeito quando preenchidos os requisitos da lei. Assim, a transferência do título que atende a todos os requisitos da lei implica a dos direitos que lhe são inerentes.
- (D) O título de crédito corresponde a bem móvel, estando, portanto, sujeito aos princípios que disciplinam a circulação de tais bens.
- (E) Caso o título de crédito seja omissivo quanto à data de vencimento, considera-se que ele seja à vista.

DIREITO TRIBUTÁRIO

46

A empresa Tecnomecânica Ltda. pretende obter, em 2006, Certidão Negativa de Débito (IPTU) cuja emissão foi obstada em razão da existência de crédito tributário relativo a esse tributo, exercícios 2004 e 2005, relativo ao lote, de 220 m², localizado no Delta-AA, que foi cedido à impetrante, para fins de construir sua sede comercial com incentivos fiscais do Pró-AA, por meio de Contrato de Concessão de Direito Real de Uso com opção de compra, em que há cláusula registrando que a empresa arcaria com todos os débitos que recaíssem sobre o terreno, inclusive tributários, desde a assinatura do contrato, que ocorreu em janeiro de 2003. Sabe-se que tal contrato foi suspenso por força de liminar, em sede de Ação Civil Pública, em que o pactuado se discute. Tal fato ocorreu antes que a Tecnomecânica Ltda. tomasse posse da área. Dessa forma,

- (A) o contribuinte tem direito líquido e certo a não pagar o imposto, por estar provado, pela concessão da liminar, que não teve a posse do terreno.
- (B) o contribuinte tem que pagar, uma vez que teve a posse ficta do imóvel, desde a data da celebração do contrato de concessão de uso.
- (C) o contribuinte tem que pagar o imposto e depois repetir o indébito, provando que jamais teve a posse do terreno.
- (D) a Fazenda tem razão, em função de ser o IPTU um imposto de natureza real e haver uma concessão do bem para a Tecnomecânica Ltda.
- (E) a Fazenda tem razão em exigir o pagamento do tributo, por ser incontestável que houve a assunção do débito pela Tecnomecânica Ltda.

47

(I) A tributação pode ser usada com fim fiscal e extrafiscal, (II) sendo que nesta segunda hipótese o princípio da capacidade contributiva não tem aplicação, (III) uma vez que reflete a capacidade econômica dos contribuintes.

Considerando as três informações acima e sendo V = verdadeiro e F = falso, assinale a alternativa que apresente corretamente seu julgamento, na ordem em que aparecem.

- (A) V – F – F
- (B) F – F – F
- (C) V – V – F
- (D) V – V – V
- (E) V – F – V

48

A possibilidade de instituir uma taxa está diretamente vinculada

- (A) ao campo de atuação da entidade federativa.
- (B) à conveniência e oportunidade da Administração Fiscal.
- (C) à divisão de poder entre as entidades da federação.
- (D) à contraprestação específica desse tributo.
- (E) à competência exclusiva dos Estados.

49

Autarquia Federal ingressa com executivo fiscal (Lei 6830/80) em face da Municipalidade Delta, por serviços prestados no montante de R\$ 80 mil, comprovados pela respectiva Nota Fiscal. Essa pretensão

- (A) é impossível, pois a via processual demandada pela autarquia federal é incorreta, já que a Municipalidade não pode figurar no polo passivo de execução fiscal.
- (B) é impossível, pois a via processual é inadequada para a hipótese, só sendo possível se o título executivo fosse uma sentença.
- (C) é possível, devendo a Municipalidade se defender por meio de embargos, sem necessidade de garantir o Juízo.
- (D) é inadequada, não demonstrado o interesse processual, visto que o pagamento da dívida pública se dá por precatório.
- (E) é juridicamente impossível, o que deve ser referido em exceção de pré-executividade pela Fazenda Municipal.

50

Lei de determinado estado da Federação estabelece base de cálculo reduzida para produtos que compõem a cesta básica. A lei foi regulamentada por ato normativo do Executivo que subordinou a aplicação da base legalmente reduzida ao cumprimento, pelo contribuinte, das obrigações acessórias. A regulamentação da lei

- (A) é ineficaz.
- (B) é inconstitucional.
- (C) é eficaz.
- (D) é inválida.
- (E) é ilegal.

51

Em determinado Estado da Federação foi editada lei que dispõe em seu artigo Y que X% do valor dos emolumentos relativos aos atos praticados pelos cartórios de notas serão destinados à Caixa de Assistência dos Advogados do Estado e XX% à Associação dos Magistrados do Estado. Essa lei é

- (A) parcialmente válida e eficaz, uma vez que os emolumentos não podem ser destinados a duas entidades de natureza distinta.
- (B) inconstitucional no que se refere à destinação dos emolumentos, que têm natureza de taxa, e não podem ser destinados a entidades privadas.
- (C) constitucional, uma vez que os emolumentos são preços públicos, fixados em lei, para custear atividade concedida a particular.
- (D) inconstitucional, visto que os emolumentos são espécie de contribuição especial, não podendo ser direcionados para custear entidades privadas.
- (E) plenamente válida e eficaz, cabendo ao Poder Legislativo Estadual estabelecer o valor dos emolumentos que têm natureza de taxa.

52

Alice Maria pretende ver reconhecido seu alegado direito à isenção do IPI, por ser portadora de deficiência auditiva (surdez bilateral). Fundamenta seu alegado direito na Lei 8989/95 e alterações posteriores, que dispõe: *As pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental severa ou profunda, ou autistas, ainda que menores de 18 (dezoito) anos, poderão adquirir, diretamente ou por intermédio de seu representante legal, com isenção do IPI, automóvel de passageiros...* A pretensão de Alice

- (A) é juridicamente impossível, pois a lei trata de forma distinta o deficiente visual e auditivo.
- (B) deve ser acolhida, por se aplicar interpretação ampliativa de direito no caso de deficientes.
- (C) não deve ser acolhida, em consequência do disposto no artigo 111 do Código Tributário Nacional.
- (D) deve ser acolhida, com base no princípio constitucional da dignidade da pessoa humana.
- (E) é juridicamente impossível, por falta de expressa previsão nas hipóteses descritas na lei.

53

Quando o tributo onera determinada atividade, empresa, ou grupo empresarial, interferindo no regime de competição estará

- (A) atingindo o princípio da neutralidade.
- (B) confrontando o princípio do não confisco.
- (C) observando o princípio da capacidade contributiva.
- (D) atendendo ao princípio da isonomia.
- (E) violentando o princípio federativo.

54

Com relação respectivamente à isenção, imunidade e à não incidência, é correto afirmar que

- (A) a não incidência é norma tácita; a imunidade é expressa; e a isenção é presumida.
- (B) a não incidência não é via de regra expressa; a imunidade é tácita; e a isenção é literal.
- (C) a isenção requer interpretação literal; a imunidade, interpretação conforme os fins constitucionais; e a não incidência normalmente dispensa norma expressa.
- (D) a isenção é norma que materializa o princípio da isonomia; a imunidade, da capacidade contributiva; e a não incidência tem como referencial o princípio da legalidade.
- (E) a isenção é norma de exceção; a imunidade é limitação legal à competência tributária; e a não incidência é zona de liberdade fiscal.

55

Iniciada a execução, não encontrados os bens do devedor, se o processo permanece paralisado, por mais de 5 anos, pela inércia do Fisco, terá ocorrido

- (A) remissão.
- (B) preclusão.
- (C) prescrição intercorrente.
- (D) decadência.
- (E) prescrição.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

56

O planejamento municipal do Município de Angra dos Reis obedecerá às diretrizes fixadas

- (A) pela conveniência da comunidade local.
- (B) pelas diretrizes dos partidos políticos.
- (C) pelas secretarias municipais.
- (D) pelo Plano Diretor Municipal.
- (E) pelas peculiaridades regionais.

57

As receitas não tributárias do Estado do Rio de Janeiro, decorrentes da exploração de recursos hídricos e minerais, inclusive petróleo e gás natural, por concessão, permissão, cessão e outras modalidades administrativas podem ser classificadas como

- (A) Ingressos Financeiros.
- (B) Receitas de Caráter Derivado.
- (C) Receitas Originárias do Estado.
- (D) Compensações Fiscais.
- (E) Ativos Intangíveis do Estado.

58

São políticas prioritárias para aplicação dos recursos do Fundo Estadual do RJ de Combate à Pobreza, **EXCETO**

- (A) as concernentes à assistência ao idoso.
- (B) as de auxílio para construção e saneamento.
- (C) as relativas ao programa de planejamento familiar.
- (D) as ações de fomento ao esporte.
- (E) as que dizem respeito às ações preventivas de saúde.

59

Cássio Túlio e Virgílio Arantes foram denunciados com base no artigo 1º da Lei 8137/90, havendo indícios de fraude (omissão de operação econômica) no cometimento da conduta delituosa praticada. Entretanto, foi constatado que não houve a constituição definitiva do crédito tributário pela Fazenda, no processo administrativo fiscal. Dessa forma,

- (A) devem ser apurados o ilícito e o crédito fazendário.
- (B) deve haver a suspensão condicional do processo penal.
- (C) deve ser reconhecida a continuidade delitiva.
- (D) inexistente condição objetiva de punibilidade.
- (E) inexistente crime, à vista da falta de requisito formal.

60

Considerando o ISS e as assertivas a seguir, assinale a sequência correta para V = verdadeiro e F = falso.

() O critério de territorialidade do imposto é misto, ora sendo considerado o local do tomador do serviço, ora do prestador.

() O critério material do imposto adota uma tributação em bases universais, com a incidência sobre serviços prestados no estrangeiro.

() Prevalece o entendimento, quanto ao critério pessoal, da permanência no ordenamento do artigo 9º do Decreto-lei 406/68.

() A hipótese de substituição tributária do artigo 6º da LC 116/03 só cabe se houver relação com os elementos que norteiam a tributação do contribuinte.

- (A) V – F – V – F
- (B) F – V – V – F
- (C) F – F – V – F
- (D) V – F – F – V
- (E) F – V – F – V

61

São elementos de prévia e obrigatória análise, antes da autorização de uso da Nota Fiscal Eletrônica,

- (A) a inscrição do emitente em cadastro do INSS.
- (B) a regularidade do emitente junto ao ICMS.
- (C) a criptografia do arquivo digital da NF-e.
- (D) o domicílio fiscal do emitente.
- (E) o credenciamento do emitente, para emissão de NF-e.

62

Com relação à competência suplementar do Estado, é correto afirmar que

- (A) se for promulgada lei federal, a lei estadual perderá eficácia.
- (B) é sempre residual à atividade legislativa do município.
- (C) abrange exclusivamente questões orçamentárias e tributárias.
- (D) o Estado deverá observar as normas gerais editadas pela União.
- (E) a competência suplementar será sempre plena, no que for específica.

63

Nas alternativas a seguir, as afirmativas são corretas e a segunda vincula-se à primeira, **À EXCEÇÃO DE UMA**. Assinale-a.

- (A) A relação entre política pública e orçamento é técnica, o orçamento prevê despesas, autorizando-as, / sem previamente estar direcionado a esta ou aquela política pública.
- (B) O equilíbrio fiscal é pressuposto da Justiça Social, / pois propicia a redução das demandas inflacionárias, que atingem com maior rigor as camadas mais pobres da sociedade.
- (C) A Responsabilidade Fiscal tem como fim estabelecer parâmetros que confirmam às contas públicas a necessária estabilidade, / a fim de permitir ao Estado a consecução dos seus fins.
- (D) É objetivo da Lei de Responsabilidade Fiscal conduzir uma atuação administrativa planejada e transparente, / apta a corrigir desvios que afetariam o equilíbrio das contas públicas.
- (E) O equilíbrio orçamentário é uma meta do Estado fiscalmente responsável, / ele representa a equivalência entre receitas e despesas.

64

Com referência aos tributos de competência do Município de Angra dos Reis, é correto afirmar que

- (A) envolve parte da arrecadação do IRRF e IRPJ das pessoas físicas e jurídicas que estiverem domiciliadas no Município.
- (B) há previsão de progressividade do IPTU, para cumprir função social.
- (C) serão observados mecanismos tributários que priorizem a questão fundiária.
- (D) prevê a incidência do ITBI sobre bens e direitos incorporados à pessoa jurídica, em realização de capital.
- (E) engloba as taxas que sejam instituídas em razão do exercício de poder de polícia, ressalvada a imunidade da União.

65

Com relação à micro e pequena empresas, é correto afirmar que

- (A) possuem regime tributário discriminado e privilegiado.
- (B) é qualitativo o critério para sua caracterização.
- (C) estão obrigadas a optar pelo sistema tributário Simples.
- (D) sofrem tributação única, em alíquotas variáveis.
- (E) têm tratamento tributário diferenciado e favorável.

CONTABILIDADE E AUDITORIA

66

A empresa RSD produz e vende unicamente o produto H. A margem de contribuição unitária de H sofreu uma diminuição do primeiro semestre para o segundo semestre de 2009. O que pode ter acontecido, mantendo-se constantes todas as outras variáveis?

- (A) Redução do custo da matéria-prima.
- (B) Aumento do valor do aluguel da fábrica.
- (C) Redução do preço cobrado.
- (D) Aumento da alíquota do imposto de renda do produto.
- (E) Aumento da taxa linear de depreciação do equipamento da fábrica.

67

O julgamento profissional é essencial para a condução apropriada da auditoria. A característica que distingue o julgamento profissional esperado do auditor é que esse julgamento seja exercido por auditor, cujo treinamento, conhecimento e experiência tenham ajudado no desenvolvimento das competências necessárias para estabelecer julgamentos razoáveis. Isso porque a interpretação das exigências éticas e profissionais relevantes, das normas de auditoria e as decisões informadas requeridas ao longo de toda a auditoria não podem ser feitas sem a aplicação do conhecimento e experiência relevantes para os fatos e circunstâncias. Cumpre destacar que ele não deve ser usado como justificativa para decisões que, de outra forma, não são sustentados pelos fatos e circunstâncias do trabalho nem por evidência de auditoria apropriada e suficiente.

O julgamento profissional **NÃO** é necessário, em particular, nas decisões sobre

- (A) extração de conclusões não baseadas nas evidências de auditoria obtidas.
- (B) a natureza, a época e a extensão dos procedimentos de auditoria aplicados para o cumprimento das exigências das normas de auditoria e a coleta de evidências de auditoria.
- (C) avaliar se foi obtida evidência de auditoria suficiente e apropriada e se algo mais precisa ser feito para que sejam cumpridos os objetivos das NBC TAs e, com isso, os objetivos gerais do auditor.
- (D) materialidade e risco de auditoria.
- (E) avaliação das opiniões da administração na aplicação da estrutura de relatório financeiro aplicável da entidade.

68

Qual das atividades abaixo representa um Fluxo de Caixa consumido pela atividade de Investimento?

- (A) Resgate de aplicações financeiras não consideradas Equivalente a Caixa.
- (B) Concessão de empréstimo a outra empresa.
- (C) Pagamento de juros referente a um empréstimo bancário.
- (D) Pagamento de dividendos.
- (E) Pagamento de empréstimo bancário.

69

Estrutura de relatório financeiro aplicável, nos termos da TA 200, é a estrutura de relatório financeiro adotada pela administração e, quando apropriado, pelos responsáveis pela governança na elaboração das demonstrações contábeis, que é aceitável em vista da natureza da entidade e do objetivo das demonstrações contábeis ou que seja exigida por lei ou regulamento.

É utilizada para se referir a uma estrutura de relatório financeiro que exige conformidade com as exigências dessa estrutura e

- (A) prevê o mesmo modelo de demonstrações contábeis para qualquer tipo de entidade, com vistas à harmonização de normas contábeis.
- (B) prevê que caberá ao auditor fornecer os modelos adequados de relatórios a serem utilizados pela entidade, a partir de 2010.
- (C) reconhece que o auditor deve manter seu planejamento inicial constante até o final dos trabalhos.
- (D) reconhece explicitamente que a administração não se desvie de uma exigência da estrutura para conseguir uma apresentação adequada das demonstrações contábeis.
- (E) reconhece explícita ou implicitamente que, para conseguir a apresentação adequada das demonstrações contábeis, pode ser necessário que a administração forneça divulgações além das especificamente exigidas pela estrutura.

70

Assinale a alternativa que apresenta um Ativo Circulante.

- (A) Adiantamento a diretor de empresa mercantil, com vencimento em 90 dias.
- (B) Equipamento comprado por empresa financeira com pagamento à vista.
- (C) Empréstimo de empresa financeira a controlada, com vencimento em 180 dias.
- (D) Empréstimo de empresa mercantil a controlada, com vencimento em 120 dias.
- (E) Adiantamento a diretor de empresa financeira, com vencimento em 150 dias.

71

Os princípios fundamentais de ética profissional relevantes para o auditor quando da condução de auditoria de demonstrações contábeis estão implícitos no Código de Ética Profissional do Contabilista e na NBC PA 01, que trata do controle de qualidade. Esses princípios estão em linha com os princípios do Código de Ética do IFAC, cujo cumprimento é exigido dos auditores e encontram-se listados a seguir, **A** **EXCEÇÃO DE UM**. Assinale-o.

- (A) integridade
- (B) comportamento (ou conduta) profissional
- (C) competência e zelo profissional
- (D) confidencialidade
- (E) subjetividade

72

No que diz respeito à finalidade da auditoria, a NBC TA 200, publicada no final do ano de 2009, com eficácia para os exercícios iniciados a partir de 01/01/10, explicita que

- (A) a auditoria de demonstrações pode ser executada em conjunto com serviços de consultoria, desde que essa informação seja divulgada e haja comunicação à Comissão de Valores Mobiliários – CVM.
- (B) as fraudes e erros, diferentemente do que acontecia até 2009, a partir de 2010 precisam ser comunicadas aos órgãos fiscalizadores.
- (C) o objetivo da auditoria é aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários. Isso é alcançado mediante a expressão de uma opinião pelo auditor sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com uma estrutura de relatório financeiro aplicável.
- (D) o controle interno não é mais significativo para o auditor, uma vez que, com a revogação da Resolução que tratava da amostragem, a partir de 2010 o auditor deve validar 100% dos registros da entidade auditada.
- (E) a auditoria de demonstrações contábeis passa a ter como finalidade precípua a descoberta de fraudes.

73

Em 1º de dezembro de 2009, a empresa MMS vendeu ações em tesouraria por um valor superior ao do respectivo custo de aquisição. Onde essa diferença deve ser apresentada nas Demonstrações Contábeis da empresa MMS em 31 de dezembro de 2009?

- (A) Na Demonstração das mutações do patrimônio líquido, como Reserva de Lucros.
- (B) Na Demonstração das mutações do patrimônio líquido, como Lucros Acumulados.
- (C) Na Demonstração do Resultado do Exercício, como Resultado não operacional.
- (D) Na Demonstração do Resultado do Exercício, como Resultado operacional.
- (E) Na Demonstração das mutações do patrimônio líquido, como Reserva de Capital.

74

A Cia DL produz e vende um único produto. A empresa tinha em 1º de dezembro de 2009 um estoque inicial no valor de R\$ 100.000. Em dezembro de 2009, a empresa DL vendeu 70% de seu estoque por R\$ 150.000. Ainda em dezembro de 2009, ocorreram os seguintes eventos:

Abatimentos sobre vendas R\$ 2.000; Devoluções de vendas: R\$ 5.000; Descontos financeiros concedidos: R\$ 8.000; Despesa com provisão para créditos de liquidação duvidosa: R\$ 4.500; Comissão de vendas: R\$ 7.500.

O valor do Lucro Bruto da DL em 31 de dezembro de 2009 foi

- (A) R\$ 65.000.
- (B) R\$ 65.500.
- (C) R\$ 57.500.
- (D) R\$ 73.000.
- (E) R\$ 77.500.

75

A NBC TA 240 explicita que muitas vezes as informações contábeis fraudulentas envolvem a burla pela administração de controles que aparentemente estão funcionando com eficácia. A administração pode perpetrar fraude burlando controles por meio de técnicas como as indicadas nas alternativas a seguir, **À EXCEÇÃO DE UMA**. Assinale-a.

- (A) registrar lançamentos fictícios no livro diário, em especial no final do período contábil, de forma a manipular resultados operacionais ou alcançar outros objetivos
- (B) omitir, antecipar ou atrasar o reconhecimento, nas demonstrações contábeis, de eventos e operações que tenham ocorrido durante o período das demonstrações contábeis que estão sendo apresentadas
- (C) ocultar ou não divulgar fatos que possam afetar os valores registrados nas demonstrações contábeis
- (D) contratar operações complexas, que são estruturadas para refletir erroneamente a situação patrimonial ou o desempenho da entidade
- (E) ajustar devidamente as premissas e os julgamentos utilizados para estimar saldos contábeis

76

Em fevereiro de 2010 a Cia Aérea EL AL vendeu duas passagens São Paulo – Tel Aviv por R\$ 5.000. O pagamento foi feito pelo cliente mediante cartão de crédito, em 5 parcelas iguais. Assinale a afirmativa correta, conforme o Pressuposto do Regime de Competência.

- (A) A receita deve ser reconhecida pela EL AL quando a quinta parcela for recebida, representando o valor integral da venda.
- (B) A receita deve ser reconhecida pela EL AL quando o cliente fizer a viagem comprada.
- (C) A receita deve ser contabilizada pela EL AL quando a primeira parcela for recebida.
- (D) A receita deve ser contabilizada pela EL AL no ato da venda.
- (E) A receita deve ser reconhecida gradativamente pela EL AL, conforme as parcelas forem sendo recebidas.

77

Em 1º de dezembro de 2008, a Cia. CMS tinha em seu estoque 20 unidades da mercadoria B. O estoque era avaliado por R\$ 160.

Durante o mês de dezembro de 2008, a Cia. CMS realizou as seguintes operações:

1. Compra de 50 unidades de B por R\$ 600. O frete de R\$ 100 é pago pelo comprador.
2. Compra de 40 unidades de B por R\$ 440. O frete de R\$ 80 é pago pelo fornecedor.
3. Venda de 90 unidades de B por R\$ 16 cada.
4. Compra de 30 unidades de B por R\$ 420. O frete de R\$ 30 é pago pelo comprador.
5. Venda de 40 unidades de B por R\$ 20 cada.

Qual é o valor do custo de mercadorias vendidas apurado pela Cia. CMS em 31 de dezembro de 2008 pelo PEPS e pelo Custo médio ponderado móvel, respectivamente?

- (A) R\$ 1680 e R\$ 1690.
- (B) R\$ 1480 e R\$ 1492.
- (C) R\$ 1600 e R\$ 1690.
- (D) R\$ 1600 e R\$ 1613.
- (E) R\$ 1580 e R\$ 1613.

78

A Cia. MRS apresentou os seguintes saldos relativos ao ano de 2009:

Vendas: R\$ 800.000; Adiantamento de clientes: R\$ 2.000; Custo das Mercadorias Vendidas: R\$ 360.000; Despesas comerciais: R\$ 50.000; Despesa de depreciação dos móveis da loja: R\$ 30.000; Receitas financeiras: R\$ 28.000; Lucros Acumulados: R\$ 40.000; Dividendos: R\$18.000.

Qual é o Resultado Operacional apurado pela Cia. MRS referente ao ano de 2009?

- (A) R\$ 390.000.
- (B) R\$ 388.000.
- (C) R\$ 440.000.
- (D) R\$ 410.000.
- (E) R\$ 370.000.

79

A afirmação de que as demonstrações contábeis são normalmente preparadas partindo da ideia de que a entidade se manterá em operação no futuro previsível está vinculado com qual conceito da contabilidade?

- (A) Pressuposto da Continuidade.
- (B) Característica Qualitativa da Comparabilidade.
- (C) Postulado da Entidade.
- (D) Característica Qualitativa da Essência sobre a Forma.
- (E) Convenção da Consistência.

O ceticismo profissional é necessário para a avaliação crítica das evidências de auditoria. Isso inclui questionar evidências de auditoria contraditórias e a confiabilidade dos documentos e respostas a indagações e outras informações obtidas junto à administração e aos responsáveis pela governança. Também inclui a consideração da suficiência e adequação das evidências de auditoria obtidas considerando as circunstâncias, por exemplo, no caso de existência de fatores de risco de fraude e um documento individual, de natureza suscetível de fraude, for a única evidência que corrobore um valor relevante da demonstração contábil.

O ceticismo profissional inclui estar alerta, por exemplo, considerando o disposto na TA 200 e correlatas o indicado nas alternativas a seguir, À EXCEÇÃO DE UMA. Assinale-a.

- (A) informações que coloquem em dúvida a confiabilidade dos documentos e respostas a indagações a serem usadas como evidências de auditoria
- (B) transações rotineiras desenvolvidas por controladas avaliadas pelo método da equivalência patrimonial
- (C) condições que possam indicar possível fraude
- (D) evidências de auditoria que contradigam outras evidências obtidas
- (E) circunstâncias que sugiram a necessidade de procedimentos de auditoria além dos exigidos pelas NBC TAs



F U N D A Ç Ã O
GETULIO VARGAS

FGV PROJETOS